REVISTA TAMOIOS

E-ISSN 1980-4490

APRESENTAÇÃO

# O DEBATE EM TORNO DAS NOVAS DIRETRIZES AVALIATIVAS NO ÂMBITO DAS REVISTAS ACADÊMICAS: ENTRE A ÉTICA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E A LUTA POR CONDIÇÕES IGUALITÁRIAS DO FAZER CIÊNCIA

## *THE DEBATE AROUND THE NEW EVALUATION GUIDELINES WITHIN ACADEMIC JOURNALS: BETWEEN ETHICS IN ACADEMIC PRODUCTION AND THE STRUGGLE FOR EQUAL CONDITIONS IN DOING SCIENCE*

Leonardo Arantes [A]

[A] Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), São Gonçalo, RJ, Brasil

**DOI:** 10.12957/tamoios.2025.93525
**Correspondência para:** Leonardo Arantes (leonardo.arantes@uerj.br)

É com enorme satisfação que a Equipe Editorial da Revista Tamoios vem a público apresentar o segundo número do volume 21 do corrente ano, mas não sem antes retomar brevemente nossas preocupações e anseios frente a uma série de transformações e desafios colocados desde a publicização, no final do ano passado, do Ofício Circular nº46/2024 despachado pela direção de avaliação da CAPES aos pró-reitores de pós-graduação, coordenadores de área de avaliação e coordenadores de programas de pós-graduação. Nesse despacho, a direção de avaliação do órgão informava os encaminhamentos deliberados no âmbito de seu Conselho Técnico-Científico, apontando para um conjunto de mudanças, para o ciclo avaliativo 2025-2028, dos critérios e procedimentos que avaliam os programas de pós-graduação no país. Tal como indicado na apresentação de nosso último número, tais mudanças, que incluiriam também os critérios de avaliação das revistas acadêmicas do país, representam na prática o fim do *Qualis Periódicos* tal como o conhecemos hoje, uma vez que

> "O principal conceito dessa mudança consiste em focar na classificação do artigo e não do veículo onde ele é publicado. Nessa abordagem, os veículos não serão mais classificados com os estratos Qualis. Estão previstos três procedimentos de classificação dos artigos (as áreas têm autonomia para utilizar qualquer procedimento e suas combinações), a saber: I Procedimento 1: Classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico (metodologia estatística que preserva os preceitos da metodologia atual). II Procedimento 2: Classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos do artigo (índice de citação e altimetria, para a análise quantitativa) e classificação do artigo por critérios qualitativos do veículo (critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros, cujos fatores e metodologias serão divulgados pelas áreas de avaliação); e III Procedimento 3: Análise qualitativa de artigos, baseada em fatores e metodologias

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

> definidos pela área que podem abarcar uma análise de pertinência temática, avanço conceitual proveniente do trabalho, dentre outros).” (Ofício 46/2024, p.2).

De lá para cá, não só o que se apresentava como encaminhamento deliberado no âmbito do CTC-ES ganhou corpo com a publicação das chamadas “*Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu*” (CAPES, 2025), bem como com os “*Documentos de Área”* (CAPES, 2025) e as “*Fichas de Avaliação Acadêmico e Profissional”* (CAPES, 2025) elaborados pelas coordenações de áreas junto à CAPES, mas também, em resposta a esse movimento do órgão, uma série de análises críticas acerca das novas diretrizes avaliativas estabelecidas e seus múltiplos impactos, nas mais variadas esferas da vida acadêmico-científica.

Entidades representativas de comunidades científicas, para nós, em especial, a AGB e a ANPEGE, bem como colegas editores de revistas acadêmicas, vieram e continuam a vir a público manifestar suas preocupações quanto a essas mudanças, a despeito de possíveis impactos positivos que possam vir a provocar, a exemplo do almejado “refluxo” de artigos que até então buscavam maior impacto em revistas internacionais, muitas vezes de alto custo financeiro, e que a partir de agora poderão ser avaliados como de alto impacto mesmo tendo sido publicados em revistas nacionais, de baixo ou nulo custo (Schmidt, 2024).

Tais preocupações, diga-se de passagem, são das mais variadas naturezas. Parte delas, por exemplo, trata das questões ligadas à dimensão ética na publicação acadêmica, como as apresentadas na nota técnica publicada pela AGB “*Orientações para a Promoção da Ética na Produção Científica em Geografia*” (AGB, 2025) seguida do “*Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica – Ética e Desafios Editoriais da Publicação Científica de Geografia no Brasil: um manifesto necessário*” (AGB, 2025), a isso se acrescendo a questão do uso inadequado, sem transparência e devida declaração de utilização, de ferramentas de Inteligência Artificial.

Outras preocupações dão atenção à esfera dos impactos desses novos critérios na ampliação, ao invés de na redução, de desigualdades entre programas de pós-graduação consolidados e aqueles em vias de consolidação (Perez, 2025). Estas reflexões estão também atentas à manifestação espacial dessas desigualdades, com a consequente concentração não apenas regional de recursos em detrimento de sua democratização pelo território nacional,

mas também com as disparidades entre programas centrais e periféricos dentro de uma mesma região como, por exemplo, no caso de nossa região metropolitana.

Está presente também a crítica da supressão de um instrumento avaliativo que, a despeito de seus gargalos, havia sido aperfeiçoado ao longo do tempo – com a adoção de novos critérios como impacto, indexação, internacionalização e etc., sendo o Qualis Referência um dos últimos esforços nesse sentido –, se consolidado e se estabelecido como métrica importante, não apenas em nosso país, mas também num contexto da ciência latino-americana (Martinez-Salgado, 2025). Em sentido similar, há também as preocupações de natureza prática, isto é, relativas à sua implementação e possíveis discrepâncias provocadas por índices considerados que demandam certo tempo para que a métrica de artigo possa ser feita (ex: métricas de citações, downloads etc.) (Schmidt, 2024).

Dúvidas e incertezas ainda são muitas quanto ao resultado desses múltiplos impactos combinados decorrentes das mudanças do Qualis Periódicos e da implementação dessas novas métricas avaliativas centradas nos artigos. Daí a importância de estarmos atentos, debatendo e refletindo sobre os critérios e processos avaliativos escolhidos pela área, sem perder de vista a sua inserção dentro dos marcos éticos que devem balizar a produção acadêmica, por um lado, e da busca por condições igualitárias do fazer ciência que caminhem no sentido da redução das disparidades entre programas de pós-graduação consolidados e aqueles que ainda lutam por um lugar ao sol. Reforçamos, assim, o convite para o aprofundamento nesse debate tão necessário.

Posto isso, passamos agora a uma sucinta apresentação do número, estruturado em quatro seções, a primeira das quais uma seção temática voltada para a relação entre as Ciências Geográficas e o campo das Artes, cuja apresentação será realizada a seguir pelos professores Adriana Carvalho Silva e Manoel Santana – editores responsáveis pela mesma.

Já a segunda seção é constituída de onze artigos. O texto de abertura, um balanço dos 25 anos de existência da Revista Tamoios, é realizado pelos professores Eduardo Karol, Catia Antonia da Silva e Manoel Ricardo Simões no artigo intitulado "*Tamoios, 25 anos de promoção da informação e conhecimentos geográficos*". Nele, as razões da escolha do nome da revista são muito bem apresentadas, fundamentadas e justificadas, seguidas pelo contexto e a história da criação da revista, das pessoas direta e indiretamente envolvidas nesse processo,

da escolha e montagem da identidade visual da capa, do seu período de publicação impressa e das condições que a transformaram em formato digital, da definição de seu escopo e de suas linhas temáticas, de sua estrutura organizacional e, acima de tudo, do seu caráter fundamentalmente aliado a um tipo de Ciência Geográfica comprometida com a transformação da sociedade, com a luta e re-existência na produção social do espaço.

No segundo artigo "*O corpo-escala nas estratégias espaciais-existenciais do Margear*", assim como os guerreiros confederados Tamoios contemplados no texto de abertura, os professores Mariane Biteti e Matheus Grandi vão margeando os corpos vistos como estratégia espacial-existencial fundamental, buscando reconhecer na corporeidade, na relação e na escala corpóreas uma dimensão geográfica indispensável da re-existência e da luta política, em que, como diz o poeta, "*tudo permanecerá do jeito que tem sido, transcorrendo, transformando, tempo e espaço navegando todos os sentidos*". E aqui não só os sentidos-direções-escalas, mas também os sentidos-significados-significantes e os sentidos-sensibilidades-sentimentos. Formas do sentido que o corpo transforma em espaço, percebido, concebido, vivido, à luz da diferencialidade espacial, a escala.

Seguindo a tradição dos estudos geográficos críticos, o terceiro artigo "*A transição energética corporativa como expressão do* green grabbing *(apropriação verde)*", de autoria de Lorena Izá Pereira, procura avaliar o modelo de transição energética corporativa adotado no Brasil, demonstrando que ele não foi concebido nem como forma de enfrentamento e superação efetiva da crise climática nem como resolução ou mitigação de efeitos das mudanças climáticas – uma vez que tais enfrentamentos deveriam ser travados sobretudo em setores que produzem maiores emissões de gases de efeito estufa, como a mudança no uso da terra e das florestas, além da a agricultura –, mas sim como uma maneira de garantir a manutenção da reprodução ampliada do capital às custas de populações tradicionais e camponesas. Tal modelo busca assumir o controle de seus territórios sob justificativas ambientais enquanto expressão daquilo que a autora chama de *green grabbing,* sob a capa discursiva da sustentabilidade ambiental. Centrada numa perspectiva de justiça territorial, defende, por fim, que a luta por uma transição energética verdadeiramente justa não pode advir de um mundo corporativo estruturado segundo preceitos do mercado, mas sim de populações engajadas na defesa de seus territórios, porquanto constroem políticas próprias de

adaptação e mitigação às mudanças climáticas, baseadas na agroecologia e na transição energética descentralizada.

Micheli Fontes Fialho e José Ambrósio Ferreira Neto assinam o quarto artigo intitulado "*Seguro-Defeso e o Chapéu de Palha: Análise espacial explanatória de políticas públicas para a pesca artesanal em Pernambuco, Brasil*". Nele, os autores procuram caracterizar e analisar o arranjo espacial do Seguro-Defeso e do Chapéu de Palha, dois programas governamentais – o primeiro, federal, o segundo, estadual de Pernambuco – que visam garantir uma renda mínima aos pescadores artesanais durante o período de defeso nos municípios do estado pernambucano. Eles reconhecem a diferencialidade espacial tanto no que tange ao atendimento dessas políticas, quanto no que diz respeito às especificidades e necessidades de cada área, evidenciando a urgência da implementação de uma abordagem integrada dos benefícios que possuem os mesmos beneficiários. Além disso, ressaltam a importância de políticas públicas que levem em consideração o contexto e a demanda de grupos pesqueiros. A despeito de reconhecerem a insuficiência e limitação desses auxílios para a superação das situações de pobreza e desigualdade social, reconhecem também sua contribuição fundamental no cenário atual.

O quinto texto "*A contribuição da pesca na constituição de Cabo Frio como uma centralidade na rede urbana fluminense*", de autoria de Antonio Carlos Lessa da Rocha, também tem na atividade da pesca seu centro gravitacional, muito embora lance seu olhar para essa atividade pesqueira não do ponto de vista dos sujeitos que a exercem, mas sim a partir de um outro prisma, ou seja: leva em consideração aqui o seu papel na determinação da cidade de Cabo Frio como uma centralidade na rede urbana fluminense no que tange à tal atividade, conferindo-lhe a quarta posição em importância nesse quesito no Estado do Rio de Janeiro.

"*A produção do espaço a partir da religião: Desafios geográficos para o estudo da intolerância religiosa*", de Denise David Caxias, é o título do sexto artigo, uma importante reflexão no âmbito da Geografia cultural crítica, em que, reconhecendo a religião como importante elemento na produção social do espaço, volta-se mais especificamente para a dimensão da intolerância religiosa, enfoque ainda pouco explorado na pesquisa geográfica. Destarte, sobretudo a partir do estudo de caso do assim chamado "Complexo de Israel" –

território constituído pelas comunidades cariocas de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Cinco Bocas e Pica-Pau e assim designado pela presença simbólica de uma grande estrela de Davi posicionada de modo a ser avistada a partir das cinco comunidades, e cujo controle é exercido por narcotraficantes que se apresentam como evangélicos –, a autora analisa uma série de práticas de intolerância religiosa que passaram a ser adotadas em tal território contra habitantes praticantes de outros credos diferentes dos seus, produzindo fenômeno que vem sendo designado de narcopentecostalismo e, assim, moldando as práticas sócio-espaciais desse território.

O sétimo artigo, um "*Mapeamento de fragmentos arbóreos urbanos com imagens orbitais e aprendizado profundo*" (de Lucas Antônio Silva, Felipe David Georges Gomes, Lucas Yuri Oliveira, Vagner Souza Machado, José Marcato Júnior, Wesley Gonçalves, Lucas Prado Osco e Ana Paula Marques Ramos) ressalta a importância da cobertura arbórea em ambientes urbanos como forma de mitigação dos efeitos de ilha de calor provocado pela ocupação humana urbanizada, com rebatimento não apenas na temperatura, mas também nas condições da umidade do ar. Nesse sentido, os mais recentes desenvolvimentos no âmbito do sensoriamento remoto, combinados com a adoção de ferramentas de aprendizagem profunda (*deep learning*), tem se constituído como um importante aliado no tratamento da cobertura vegetal e seus impactos atmosféricos e climáticos. Os autores empreendem três experimentos, partindo da hipótese de que "*o uso de imagens de diferentes datas no treinamento das redes proporciona maior aprendizado, portanto, melhor desempenho do modelo na segmentação das regiões arbóreas em imagens orbitais*."

Escrito por Yasmin Penha Moral e Samuel Frederico, o oitavo artigo "*Autonomia em Agroecossitemas: Análise de sistemas agroflorestais sucessionais biodiversos*" parte da coleta de dados junto a agricultores(as) de cinco agroecossistemas em diferentes estados brasileiros para analisar o papel dos sistemas agroflorestais sucessionais biodiversos (SASB) na promoção da autonomia de agroecossistemas. Essa agricultura sintrópica que se constitui como um "*conjunto de princípios e técnicas que tem o propósito de aliar a produção de alimentos à regeneração natural das florestas*" tem como horizonte a redução de utilização de materiais, insumos e força de trabalho que configuram a agricultura predatória capitalista. Assim, apresentam sua urgência e, ao mesmo tempo, seus dilemas e desafios.

Em "*Políticas de habitação e o direito à cidade: um olhar sobre a realidade curitibana*", nono artigo, Diogo Neves e Francielle do Rocio de Lima de Souza lançam um olhar sobre a realidade urbana de Curitiba com o objetivo de analisar as políticas adotadas pela Prefeitura da capital paranaense com vistas à garantia do direito à habitação. Seguindo a tradição crítica lefebvriana, aliada à técnica de *Snowballing* reverso como forma de delimitação de *corpora* analisado, os autores desvelam a "face oculta" de uma cidade que se tornou uma das vitrines do urbanismo moderno: a crise habitacional, como expressão maior da crise geral experimentada pelas sociedades modernas.

O décimo artigo, "*Avaliação da poluição sonora na área de influência de uma unidade de conservação municipal no cerrado*", de Mayara Oliveira da Silva, Domingos Savio Barbosa, Ricardo Alves de Olinda, Camila Leonardo Mioto, Normandes Matos da Silva e Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos, investiga um tipo de poluição nem sempre considerado com a devida seriedade e importância, comparado com outras manifestações assumidas pela poluição, sobretudo química, mas que pode ser agressivo e causar grandes danos a diversos sistemas do corpo humano, a saber, a poluição ambiental sonora.

Encerrando a seção "Artigos", o décimo primeiro – "*Cartografia do racismo ambiental: Um levantamento das características socioeconômicas do Censo de 2010 no Complexo de Manguinhos – RJ*" de Norma Maria de Souza, Priscila da Costa Carvalho, Eduardo Scisinio Lindgren Montes, Maria Eduarda Bezerra Macabu, Agatha Barbosa Vasconcelos, Mateus Alves Rocha, Gabriel dos Santos Pereira, Elizabeth Santos Pereira, Lucas Pluvie Souza de Mello, Ruan Vargas, Camila Americo e Fábio Ferreira Dias – mostra como populações majoritariamente negras, vivendo em favelas como a de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, sofrem com aquilo que alguns pesquisadores vêm tratando como "racismo ambiental" ou nos marcos daquilo que outros vão abordar como uma questão de "(in)justiça ambiental", tendo como base os dados censitários do IBGE de 2010.

Já a terceira seção, "*O Sentido das Coisas*", conta com dois trabalhos, o primeiro dos quais de Hudson Laeber Corrêa e Adelson Siqueira Carvalho ("*Aplicação de uma sequência didática na Educação de Jovens e Adultos utilizando mapas conceituais no Ensino de Geografia*"), seguido de uma "*Sequência didática, a partir de uma situação geográfica, com vistas à valorização patrimonial de um sítio arqueológico*", de autoria coletiva de Raquel

Augusta Melilo Carrieri, Wallace Andrade e Fabio Soares de Oliveira. Ambos os trabalhos recorrem à estratégia de sequência didática, isto é, um conjunto de atividades didáticas sequenciadas e encadeadas, com objetivos pedagógicos de construção e consolidação de conhecimentos já presentes no cotidiano e no contexto de vida e mundo das alunas e alunos: no primeiro caso, de caráter aplicado no âmbito do Ensino de Jovens e Adultos, avaliando, com base nos resultados obtidos, potencialidades e lacunas; ao passo que, no segundo, referindo-se a uma proposição metodológica tendo como referência o estudo do patrimônio do Sítio Arqueológico da Mina de Cata Branca.

A quarta e última seção "*Traduções e Tradições da Geografia*" é constituída de dois textos, o primeiro deles de autoria dos geógrafos brasileiros Adriana Dorfman e Lício Caetano do Rego Monteiro intitulado "*A Geopolítica Brasileira em diálogo*", originalmente publicado em língua inglesa sob o título "*Dialogues on Brazilian Political Geography and Its Perspectives in the Twenty-First Century*" (disponível no livro "Brazilian Geography in Theory and in the Streets", organizado por Rúben Lois González e Marco Antonio Mitidero Júnior e publicado em 2022 pela editora Springer). O texto, vertido para o português pelos próprios autores, trata de uma reflexão de cunho ao mesmo tempo genético e epistemológico da Geografia Política e da Geopolítica no Brasil, suas tradições e inovações, suas influências internas e externas ao campo, seus dilemas e potencialidades.

Fechando o número, a tradução, por mim realizada, de um dos artigos publicados pelo geógrafo alemão Alfred Hettner (1859-1941) acerca de sua passagem pelo sul do Brasil durante o período em que permaneceu na América do Sul (1888-1890) realizando pesquisas a serviço do Museu de Etnografia de Berlim, a sua época chamado *Königliches Museum für Völkerkunde:* "*Esboços de viagem ao Sul do Brasil: 2. Visita à mina de carvão de Arroio dos Ratos e às Colônias Estrela e Santa Cruz [do Sul] e 3. Um passeio pelos campos (1892*)". Em tais relatos, aquele que se tornaria o grande epistemólogo da Geografia na Alemanha da primeira metade do século XX empreende os primeiros passos na interpretação da colonização alemã no sul brasileiro, passos esses que viriam a ecoar nas ideias do seu maior "discípulo" Leo Waibel, responsável por uma das tradições de pensamento geográfico que vão contribuir para o amalgamento posterior de um pensamento geográfico brasileiro.

Por fim, no que se refere à composição organizacional da Revista Tamoios, cabe registrar a chegada de uma nova bolsista ao corpo do periódico. Débora dos Santos Guerreiro da Costa passou a compor a Revista Tamoios com bolsa recebida do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROATEC). Isso permitiu uma reorganização interna da distribuição das tarefas da revista, dentre as quais se destaca a maior atenção a ser dada à área técnica do periódico - visando, dentre outras coisas, a possibilidade de publicação dos materiais em formatos mais amigáveis aos indexadores internacionais (como o formato XML - Extensible Markup Language).

## REFERÊNCIAS

AGB (2025). Orientações para a Promoção da Ética na Produção Científica em Geografia. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1VzBZ3hno0tFSGXz_J1qjV1D5D6wMQ8as/view. Acesso em: 06.08.2025.
AGB (2025). Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica – Ética e Desafios Editoriais da Publicação Científica de Geografia no Brasil: um manifesto necessário. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/19Ii65wb7aeGOF0uFD3EDPh-OI01pONnL/view. Acesso em: 06.08.2025.
CAPES (2024). Ofício Circular nº46/2024-DAV/CAPES. 04 de outubro de 2024.
_____ (2025). Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19052025_20250502_DocumentoReferencial_FICHA.pdf . Acesso em: 06.08.2025.
_____ (2025). Documento de Área – Geografia – Área 36. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/GEOGRAFIA_DOCAREA_2025_2028.pdf . Acesso em: 06.08.2025.
_____ (2025). Fichas de Avaliação Acadêmico e Profissional – Geografia – Referente ao quadriênio 2025-2028 – Área 36. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/GEOGRAFIA_FICHA_2025_2028.pdf . Acesso em: 06.08.2025.
Martinez-Salgado, Carolina (2025). O Fim do Qualis CAPES: Um Retrocesso na Avaliação da Produção Científica Brasileira. Interference Journal. Vol. 11, n. 1. Disponível em: https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/21/21. Acesso em 06.08.2025.
Perez, Olivia Cristina (2020). O Novo Qualis Periódicos: Possíveis diretrizes, impactos e resistências. Revista Novos Debates. Vol. 6, n. 1-2. Disponível em: https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/48/148. Acesso em 06.08.2025.
_____ (2025). Avaliação em disputa: a reforma do Qualis e os desafios para a ciência. Revista Novos Debates. Vol. 11, n. 1.
Schmidt, Sarah. Qualis-periódicos será substituído por classificação com foco nos artigos. Revista Pesquisa FAPESP. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/qualis-periodicos-sera-substituido-por-classificacao-com-foco-nos-artigos/. Acesso em 06.08.2025.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

ARANTES, Leonardo. O Debate em torno das Novas Diretrizes Avaliativas no âmbito das Revistas Acadêmicas: Entre a Ética na Produção Acadêmica e a Luta por Condições Igualitárias do Fazer Ciência. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 21, n. 2, p. 1-9, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios.2025.93525. Acesso em: DD MMM. AAAA.